

**Brasília-DF, 19 de janeiro de 2012**

## **Morre Duvanier Paiva, secretário de recursos humanos do Planejamento**



O secretário de recursos humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira morreu na noite desta quarta-feira (18/1), aos 56 anos, após sofrer um infarto. Em nota, a ministra Miriam Belchior disse ter recebido a notícia com "profundo pesar" e ressaltou o trabalho de Duvanier como "defensor incansável da democratização nas relações de trabalho, promotor do diálogo e profissional dedicado".

O velório será realizado no cemitério Campo da Esperança, Capela 2, a partir de 12h30. Às 15h, o corpo será levado para São Paulo.

*\*Fonte: Correio Braziliense*

### **Famílias gastam mais que o governo com saúde**

*Precariedade do serviço público obriga cidadão a custear os atendimentos por conta própria*

Embora os gastos do governo com bens e serviços de saúde tenham aumentado em ritmo mais intenso entre 2007 e 2009, as famílias continuam contabilizando despesas mais elevadas nesse setor. Entre os dois anos, as famílias brasileiras responderam, em média, por mais da metade (56,3%) desses gastos, o que representou cerca de 4,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em todo o período. Já os gastos da administração pública aumentaram sua participação no PIB de 3,5% para 3,8% entre os dois anos.

Os dados fazem parte da pesquisa Conta Satélite de Saúde, divulgada hoje (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento traz informações sobre a produção, o consumo e o comércio exterior de bens e serviços relacionados à saúde, além de dados relacionados ao trabalho e à renda nas atividades que geram esses produtos.

De acordo com o estudo, as famílias gastaram, em 2009, R\$ 157,1 bilhões em bens e serviços de saúde, enquanto a administração pública desembolsou R\$ 123,6 bilhões com o mesmo setor. Já as instituições sem fins lucrativos a serviço das famílias gastaram R\$ 2,9 bilhões (0,1% do PIB).

Dessa forma, o consumo de bens e serviços de saúde naquele ano representou 8,8% do PIB total do país, alcançando R\$ 283,6 bilhões.

Em 2009, as principais despesas de consumo final das famílias foram com outros serviços relacionados com atenção à saúde, como consultas médicas e odontológicas, exames laboratoriais (36,3% do total) e com medicamentos para uso humano (35,8%).

No caso da administração pública, 66,4% do total foi gasto com saúde pública. As despesas em unidades privadas contratadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) responderam por 10,8% e os medicamentos para distribuição gratuita representaram 5,1% dos gastos.

*\*Fonte: LONDRIX.COM – AGÊNCIA BRASIL*

### **Ministro da Previdência anuncia restrições para pensão vitalícia**

*Governo vai fixar um prazo de contribuição e extinguir o benefício de quem se casar de novo*

O privilégio das pensões concedidas pela vida toda mediante o pagamento de poucos meses de contribuição vai acabar, avisou ontem o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves. Além disso, o benefício será extinto quando o contribuinte se casar novamente. Tão logo for aprovada a proposta que cria o polêmico fundo de pensão para os servidores públicos — o que deve acontecer até março — o governo vai encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei ordinária para fechar as brechas que fazem da concessão no Brasil uma das mais generosas em todo o planeta.

“Vamos propor mudanças no regime de pensões, que é de uma generosidade ímpar”, garantiu o ministro. Entre os abusos legais, Garibaldi citou também o fato de a pensão não ser extinta nem mesmo diante de um novo casamento do beneficiário. “Isso não ocorre em nenhum outro lugar do mundo.” Se depender do governo, assim que se casar de novo, o viúvo ou a viúva perderá o benefício. Ao todo, as pensões custaram R\$ 71,9 bilhões aos cofres da União em 2011.

### **Carência**

Nas palavras do ministro, “casamento previdenciário é aquele em que o sujeito já se casa com uma vela na mão”, esperando a morte do cônjuge. Ele ocorre porque, no Brasil, não existe um período de carência para a concessão das pensões. Com o pagamento de uma única contribuição pelo valor máximo permitido — 20% sobre o teto do salário de contribuição, que é de R\$ 3.916,20 para o segurado autônomo, por exemplo —, a viúva ou o viúvo terá uma pensão nesse valor por toda a vida.

A ideia não é acabar definitivamente com a pensão vitalícia, mas estabelecer um prazo mínimo de contribuição para que se tenha direito a ela. O ministro disse que a Previdência Social, que vem registrando sucessivos superávits na área urbana e tem conseguido reduzir o déficit na conta geral, não aguenta a situação atual por muito tempo. “Como está, é uma sangria que já está custando R\$ 60 bilhões ao ano”, disse Garibaldi, referindo-se à despesa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o pagamento de pensão por morte anualmente.

### **Injustiça**

Pelos dados da Previdência Social, a despesa com pensões responde por cerca de 25% do total. A Previdência gastou, no ano passado, R\$ 287,7 bilhões com o pagamento de 25 milhões de benefícios. Desse total, as pensões somam 6,9 milhões. Nesse número, estão incluídas as concedidas depois de uma vida inteira de contribuição e as aprovadas com um ou poucos meses de sacrifício.

O ministro Garibaldi Alves considera essa disparidade uma injustiça. Embora o governo tenha consciência da situação há muito tempo — um diagnóstico completo foi feito no ano passado —, ele alegou que existe uma estratégia para tratar do tema previdenciário: mandar uma proposta ao Congresso de cada vez. Por isso, a Previdência espera concluir a votação do projeto que cria o fundo de pensão dos servidores públicos, em tramitação desde 2007, para encaminhar a nova proposta. Garibaldi está convencido de que o fundo será votado logo. “A oposição se comprometeu a não mais obstruir e o fogo amigo apagou”, disse.

*\*Fonte: VÂNIA CRISTINO – CORREIO BRAZILIENSE*

### **Déficit do funcionalismo vai superar R\$ 60 bilhões em 2012**

*Rombo no sistema previdenciário ficou em R\$ 56 bilhões em 2011; “É uma sangria”, afirma Garibaldi*

O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, projetou que o déficit do regime de previdência dos servidores públicos federais superará R\$ 60 bilhões em 2012. "É uma sangria", afirmou. Garibaldi confirmou que o rombo nesse sistema previdenciário, que beneficia 1 milhão de servidores públicos federais aposentados, ficou em R\$ 56 bilhões no ano passado.

O cálculo sobre o aumento do desequilíbrio na previdência dos servidores públicos este ano leva em conta a projeção do governo de elevação anual de 10% nesse déficit. O Ministério da Previdência apresentará à presidente Dilma Rousseff proposta a ser encaminhada ao Congresso de modificação na forma de contribuição dos servidores públicos. A ideia é mudar a forma de contribuição de maneira que haja uma interrupção na transferência vitalícia do benefício em situações de alteração da condição civil do funcionário público.

*\*Fonte: VALOR ECONÔMICO*

### **Garibaldi Alves defende idade mínima para aposentadoria**

*De acordo com Ministro, apenas Irã e Equador, em todo o mundo, não possuem uma idade mínima para aposentadoria*

O ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, defendeu que o governo estabeleça uma idade mínima para aposentadoria. Segundo ele, a idade média de aposentadoria dos brasileiros é de 51 anos, no caso das mulheres, e 54 anos, no caso dos homens. Garibaldi afirmou que, além do Brasil, apenas Irã e Equador, em todo o mundo, não possuem uma idade mínima para aposentadoria. "Já pensaram nessas companhias?", ironizou.

Embora tenha feito críticas ao fator previdenciário, em sua opinião, "muito cruel", o ministro disse que ele não pode ser simplesmente eliminado, mas substituído por alguma outra regra, como a idade mínima. "Tirar o fator previdenciário hoje é impossível", afirmou. "O País precisa ter consciência de que a Previdência não pode continuar assim."

Segundo o ministro, a Previdência paga hoje 29 milhões de benefícios e recebe 60 milhões de contribuições. "A relação está de dois para um. Estamos cada vez mais aproximando o número de contribuições e de pagamentos de benefícios", afirmou.

Garibaldi disse acreditar que seja remota a possibilidade de que o Supremo Tribunal Federal (STF) aprove a chamada 'desaposentação', caso de pessoas aposentadas que voltam ao mercado de trabalho e pedem a reversão da aposentadoria, com o objetivo de, mais tarde, obter um benefício maior. Ele considerou a proposta injusta, mas disse que o governo cumprirá qualquer decisão do STF.

### **Disciplinar concessões**

Depois da aprovação do fundo de previdência complementar dos servidores públicos, prevista para ocorrer na volta do recesso do Congresso Nacional, o governo pretende encaminhar um projeto de lei para "disciplinar" a concessão de pensões pela Previdência Social. Garibaldi Alves evitou, no entanto, se comprometer com uma data para enviar a proposta.

Segundo ele, é preciso haver uma discussão com outros ministérios para se chegar a um consenso sobre o assunto. Uma das mudanças que deve ser promovida é a definição de um prazo de carência para que seja concedido o benefício.

O ministro citou como exemplo o caso de segurados do INSS que, ao contribuírem uma única vez, deixam para mulher e filhos uma pensão que, em alguns casos, pode ser vitalícia. "É o casamento previdenciário, em que se casa com uma vela na mão", afirmou.

Ele também mencionou a possibilidade de o beneficiário perder a pensão caso volte a se casar, por exemplo. O ministro explicou que o governo optou por fatiar a reforma da previdência em diversos

projetos para reduzir a possibilidade de rejeição por parte do Congresso. "O governo entendeu que não dá para mandar uma soma de projetos de uma vez só, mas ir aprovando paulatinamente", afirmou.

*\*Fonte: AGÊNCIA ESTADO*

## **Brasil é segundo país mais desigual do G20, diz estudo**

O Brasil é o segundo país com maior desigualdade do G20, de acordo com um estudo realizado nos países que compõem o grupo. De acordo com a pesquisa "Deixados para trás pelo G20?", realizada pela Oxfam - entidade de combate à pobreza e a injustiça social presente em 92 países -, apenas a África do Sul fica atrás do Brasil em termos de desigualdade.

Como base de comparação, a pesquisa também examina a participação na renda nacional dos 10% mais pobres da população de outro subgrupo de 12 países, de acordo com dados do Banco Mundial. Neste quesito, o Brasil apresenta o pior desempenho de todos, com a África do Sul logo acima.

A pesquisa afirma que os países mais desiguais do G20 são economias emergentes. Além de Brasil e África do Sul, México, Rússia, Argentina, China e Turquia têm os piores resultados. Já as nações com maior igualdade, segundo a Oxfam, são economias desenvolvidas com uma renda maior, como França (país com melhor resultado geral), Alemanha, Canadá, Itália e Austrália.

### **Avanços**

Mesmo estando nas últimas colocações, o Brasil é mencionado pela pesquisa como um dos países onde o combate à pobreza foi mais eficaz nos últimos anos. O estudo cita dados que apontam a saída de 12 milhões de brasileiros da pobreza absoluta entre 1999 e 2009, além da queda da desigualdade medida pelo coeficiente de Gini, baixando de 0,52 para 0,47 no mesmo período (o coeficiente vai de zero, que significa o mínimo de desigualdade, a um, que é o máximo).

A pesquisa prevê que, se o Brasil crescer de acordo com as previsões do FMI (3,6% em 2012 e acima de 4% nos anos subsequentes) e mantiver a tendência de redução da desigualdade e de crescimento populacional, o número de pessoas pobres cairá em quase dois terços até 2020, com 5 milhões de pessoas a menos na linha da pobreza. No entanto, a Oxfam diz que, se houver um aumento da desigualdade nos próximos anos, nem mesmo um forte crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) poderá retirar um número significativo de brasileiros da pobreza.

"Mesmo que o Brasil tenha avanços no combate da pobreza, ele é ainda um dos países mais desiguais do mundo, com uma agenda bem forte pendente nesta área", disse o chefe do escritório da Oxfam no Brasil, Simon Ticehurst. "As pessoas mais pobres são as mais impactadas pela volatilidade do preço dos alimentos, do preço da energia, dos impactos da mudança climática."

Para ele, é importante que o governo dê continuidade às políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e que o Estado intervenha para melhorar o sistema de distribuição. "Os mercados podem criar empregos, mas não vão fazer uma redistribuição (de renda)", afirma.

### **Outras questões**

Ticehurst diz que, para reduzir a desigualdade, o Brasil também precisa atacar as questões da sustentabilidade e da resistência a choques externos. "As pessoas mais pobres são as mais impactadas pela volatilidade do preço dos alimentos, do preço da energia, dos impactos da mudança climática. O modelo de desenvolvimento do Brasil precisa levar isso mais em conta."

Para o representante da Oxfam, a reforma agrária e o estímulo à agricultura familiar também é importante para reduzir a desigualdade. "Da parcela mais pobre da população brasileira, cerca de 47% vive no campo. Além disso, 75% dos alimentos que os brasileiros consomem são produzidos por pequenos produtores,

que moram na pobreza", afirma TiceHurst. "É preciso fechar esse circuito para que os produtores que alimentam o país tenham condições menos vulneráveis e precárias."

Segundo o estudo da Oxfam, a maioria dos países do G20 apresenta uma tendência "preocupante" no sentido do aumento na desigualdade. A entidade afirma que algumas dessas nações foram "constrangidas" pelas reduções significativas da desigualdade registradas nos países de baixa renda nos últimos 15 anos. "A experiência do Brasil, da Coreia do Sul e de vários países de renda baixa e média-baixa mostra que reduzir a desigualdade está ao alcance dos dirigentes do G20", afirma o texto. "Não existe escassez de potenciais alavancas para políticas (de redução da desigualdade). Em vez disso, talvez exista uma escassez de vontade política", diz o estudo.

\*Fonte: REDAÇÃO TERRA – BBC BRASIL

### **Caso Celso Daniel completa dez anos**

*Apenas um suspeito foi julgado e condenado pela morte do ex-prefeito de Santo André. Denúncias de corrupção podem prescrever*

O caso Celso Daniel completa dez anos nesta quarta-feira. No dia 18 de janeiro de 2002, o então prefeito de Santo André foi sequestrado e morto dois dias depois em uma estrada de terra na cidade de Juquitiba, na Grande São Paulo. Seu corpo foi atingido por oito tiros.

Desde então, o caso se estende por entre os corredores das instituições judiciárias sem que os autores do crime tenham sido julgados e condenados. Dos oito acusados pelo crime, apenas um foi a júri. Em novembro de 2010, Marcos Roberto Bispo dos Santos foi condenado a 18 anos de prisão em regime fechado.

### **Caso Celso Daniel mostra crise institucional do país, diz analista**

O principal acusado de ser o autor do crime, Sergio Gomes da Silva, conhecido como "Sombra", responde ao processo em liberdade. Ele jantou com Celso Daniel em um restaurante momentos antes do sequestro.

Outros dois suspeitos chegaram a ser presos, mas foram libertados sete anos mais tarde após liminar concedida pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Marco Aurélio Mello.

O próprio ministro reconhece a excessiva morosidade da Justiça em analisar o caso. Ano passado, ele afirmou que a demora do Judiciário em julgar os acusados é "emblemática".

### **Ameaças e mortes suspeitas**

Durante o início das investigações sobre a morte de Celso Daniel, uma série de outros crimes, supostamente ligados ao primeiro, ocorreram em sequência. Várias pessoas ligadas, de uma forma ou de outra, ao caso foram assassinados. Até mesmo o garçom que atendeu Celso Daniel e Sérgio Gomes foi morto.

De quebra, os familiares do ex-prefeito foram ameaçados de morte. Um dos irmãos, Bruno Daniel, viveu por seis anos como refugiado político na França por causa das ameaças. No final do ano passado, retornou com a família. Outro irmão, João Francisco Daniel, vive na Bahia.

### **Suspeitas de corrupção**

Celso Daniel foi assassinado em um momento de auge de sua carreira política. Chefiando a prefeitura de Santo André pela terceira vez, ele fora escolhido para coordenar a campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002, que seria ganha pelo petista.

O prestígio que Celso Daniel acumulara no PT à época resistiu à sua morte. Hoje, ao menos dois dos seus ex-secretários estão em Brasília, assumindo funções-chave no governo da presidente Dilma Rousseff:

Gilberto Carvalho, atualmente secretário-geral da Presidência, e Miriam Belchior, sua ex-esposa e atual ministra do Planejamento.

A imagem positiva, porém, esbarrou nas graves denúncias de corrupção na prefeitura de Santo André. Embora a Polícia Civil tenha afirmado que se tratava de um crime comum, as investigações do Ministério Público sugerem que a morte tinha ligação direta com os supostos esquemas de desvio de recursos públicos na administração municipal, que financiariam campanhas do PT em 2002.

No entanto, reportagem da Rádio Bandeirantes apontou que os supostos crimes podem prescrever, por causa da lentidão na tramitação dos processos.

\*Fonte: FÁBIO MENDES - [noticias@band.com.br](mailto:noticias@band.com.br)

### **Decreto prevê ficha limpa para ser dono de TV**

*Futuros sócios de emissoras de radiodifusão precisam comprovar não enfrentar processos cíveis e criminais. Especialista critica possibilidade de parlamentares serem donos das empresas*

Futuros sócios de emissoras de radiodifusão precisam comprovar não enfrentar processos cíveis e criminais. Especialista critica possibilidade de parlamentares serem donos das empresas.

De acordo com o Ministério das Comunicações, 56 parlamentares são donos de emissoras de radiodifusão. Entre as exigências para evitar o uso de “laranjas” nas licitações para concessões de rádio e TV, o governo federal incluiu obrigação de que os donos das empresas de radiodifusão comprovassem não ter o nome “sujo” e estar com a ficha limpa de processos criminais e cíveis.

O decreto 7670/12 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) na última terça-feira (17) e obrigou os futuros sócios a apresentarem balanços mais detalhados, parecer de dois auditores independentes sobre a capacidade técnica-financeira do projeto e a pagarem, à vista, o valor da outorga da futura emissora. Ao mesmo tempo, o governo usou a nova norma para manter a interpretação segundo a qual deputados e senadores podem ser donos de televisões e rádios, inclusive aqueles que compõem a base aliada no Congresso.

Saiba mais...

[Ponto a ponto: as principais mudanças do decreto](#)

[A lista de parlamentares donos de concessões de rádio e TV](#)

Para participar de uma licitação de radiodifusão, os donos e diretores deverão mostrar certidão negativa de protesto dos cartórios nas cidades onde moraram ou exerceram atividades econômicas nos últimos cinco anos. Antes, a obrigação se restringia aos dirigentes. Sócios e diretores também deverão apresentar certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais dos tribunais nas mesmas cidades.

O decreto diz que, caso as ações não tenham terminado, deverá haver uma certidão de inteiro teor para comprovar esse fato, mas não fica claro se os donos das emissoras poderão participar enquanto não forem condenados. A assessoria do Ministério das Comunicações não esclareceu este ponto do decreto.

As medidas fazem parte de um conjunto anunciado pelo governo para evitar a ação de especuladores e laranjas nas disputas por concessões de rádio e televisão. No ano passado, o jornal [Folha de São Paulo mostrou que “laranjas” eram usados como donos de rádios e TVs no Brasil](#) (veja vídeo abaixo). Para o especialista em concessões de radiodifusão e professor da Universidade de Brasília (UnB), Venício Lima, o decreto do governo é uma resposta a esses fatos conhecidos de muito tempo, mas até então nunca provados.

Venício elogia as medidas anunciadas, mas lembra que, sem fiscalização, elas não terão poder algum. Além disso, reclama do fato de o governo se preocupar apenas com aspectos técnicos, ignorando o tema

político por trás das concessões, a falta de democratização dos meios de comunicação e a permanência de parlamentares no comando das emissoras.

O próprio decreto reforça pensamento do governo sobre essa polêmica. A Constituição proíbe que deputados e senadores sejam donos de rádios e TVs, apesar de o [Ministério das Comunicações entender que a restrição é apenas de que sejam “dirigentes” das empresas](#). Na mesma linha, o decreto do governo diz que só os dirigentes, e não os sócios devem comprovar não exercerem mandato parlamentar ou cargo que lhes dê foro privilegiado, como prefeitos, governadores, secretários, ministros e presidentes.

Para Venício, a nova norma repete interpretação equivocada. Para ele, a Constituição impede que políticos tenham concessões de rádio e TV para impedir distorções na corrida eleitoral entre os que têm e os que não têm acesso privilegiado aos meios de comunicação. “Não resolve a questão, não inova”, critica Venício.

### **Presidente do Congresso, líder do governo...**

Políticos e familiares deles donos de emissoras não são novidade no Brasil. Apenas para citar dois exemplos, dois importantes aliados do governo Dilma Rousseff, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e o líder do governo na Casa, Romero Jucá (PMDB-RR), são donos de grupos de comunicação.

Em 2005, pesquisa do professor Venício apurou que [51 deputados eram donos de concessões de radiodifusão](#). No ano passado, o [Ministério das Comunicações levantou a existência de emissoras nas mãos de 56 senadores e deputados, embora alguns já conhecidos não constassem da lista](#).

Com base nos estudos de Venício, o Ministério Público pediu na Justiça a anulação da renovação das autorizações de funcionamento das emissoras. [Os procuradores entenderam que os membros da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara não poderiam autorizar a renovação de seus próprios negócios](#).

### **Comemoração**

A Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) comemorou o decreto, por retirar especuladores e atravessadores dos processos de licitação. A assessoria do Ministério das Comunicações disse que a pasta não poderia esclarecer o assunto até o fechamento desta reportagem.

[Veja a íntegra do decreto e a principais mudanças](#)

*\*Fonte: CONGRESSO EM FOCO)*

## **Cartilha da AGU traz normas para servidores nas eleições municipais**

Para evitar que ministros e demais servidores públicos federais desrespeitem a legislação eleitoral neste ano, a Advocacia-Geral da União (AGU) prepara uma cartilha que será enviada aos gabinetes de autoridades e repartições públicas em abril.

Algumas das orientações já foram feitas em eleições anteriores. A área jurídica do Executivo ainda discute, entretanto, quais serão as instruções para o uso de mídias sociais e a militância política dos funcionários públicos dos mais diversos escalões por meio da internet.

No governo, há a avaliação de que ministros e demais servidores têm direito a se manifestarem como cidadãos e agentes políticos. Mas a ideia da AGU é tentar impedir que atos administrativos e comportamentos de autoridades e funcionários públicos sejam denunciados por beneficiar candidatos ou partidos políticos e influenciar o resultado das eleições.

O desafio é garantir que essa participação na campanha eleitoral seja feita fora do horário de serviço e não cause problemas para a administração Dilma Rousseff na Justiça Eleitoral. A preocupação do governo é justificável.

Em 2010, por exemplo, o então candidato a vice na chapa encabeçada pelo tucano José Serra à Presidência da República, Indio da Costa (ex-DEM, atualmente no PSD), foi multado por ter feito propaganda antecipada no Twitter. No Executivo, há ministros reconhecidamente "tuiteiros", como Alexandre Padilha (Saúde) e Paulo Bernardo (Comunicações).

Um exemplo de como pensa a AGU pode ser extraído da cartilha divulgada nas eleições municipais de 2008.

"A atenção para a legalidade deve ser agora redobrada. Mas o período eleitoral também não pode ser um momento de paralisia da administração pública e da sua gestão", destacou o manual produzido naquele ano, quando o órgão era dirigido pelo hoje ministro do Supremo Tribunal Federal e ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral José Antonio Dias Toffoli.

"O período eleitoral impõe aos gestores um cuidado e uma atenção maior na prática dos atos de gestão, a fim de que não sejam estes entendidos como atos para beneficiar alguma candidatura ou partido político." A AGU também alerta para o risco de a Justiça Eleitoral vedar a elevação excessiva dos gastos em publicidade oficial nos três meses que antecedem o pleito.

Em eleições anteriores, porém, a AGU entendeu que não é proibido o aumento das despesas com publicidade institucional em campanhas de interesse público, como em casos de calamidade e desastre natural. Mesmo assim, a AGU recomendou que os gestores públicos fizessem uma consulta prévia ao TSE antes de liberar as verbas para a produção das peças publicitárias.

Outra recomendação da AGU em período eleitoral tem sido que os servidores públicos federais não realizem comícios e atividades de campanha em imóveis da União ou usem veículos oficiais para o transporte de material de candidatos.

Ministros e funcionários da administração federal tampouco devem usar carros oficiais para irem a eventos eleitorais, utilizar gráficas públicas ou remeter correspondência com conotação de propaganda eleitoral às custas de suas repartições.

Nas eleições de 2008, a AGU também comentou o trecho da lei eleitoral segundo o qual partidos ou coligações não podem distribuir gratuitamente bens ou serviços de caráter social custeados ou subsidiados pela administração pública.

Àquela época, a AGU concluiu que não haveria motivo para a interrupção de programas federais em andamento ou ações emergenciais em casos de calamidade pública e estado de emergência. Isso, claro, se não houver propaganda eleitoral ou benefício a candidatos e partidos políticos na divulgação dessas medidas.

*\*Fonte: VALOR ECONÔMICO*

**Com informações do clipping do Sindprevs/PR**

**FENASPS**